



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

REQUERIMENTO Nº _____, DE 2026
(Do Sr. Rogério Correia)

Requer, nos termos regimentais, aditamento REQUERIMENTO Nº 15/2026, que "Requer a realização de Audiência Pública para debater o Pacto pela Formalidade no Emprego Doméstico".

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, aditamento do Requerimento nº 15/2026-CFT, para inclusão do Ministério Público do Trabalho - MPT, na audiência pública que debaterá o Pacto pela Formalidade no Emprego Doméstico.

JUSTIFICAÇÃO

A informalidade e a não concessão de direitos e benefícios sociais aos trabalhadores domésticos configuram grave violação de direitos fundamentais, perpetuando tratamento desigual e discriminatório historicamente imposto a essa categoria profissional. Tal cenário contribui para a precarização das relações de trabalho e amplia a vulnerabilidade desses trabalhadores a práticas abusivas, inclusive situações análogas à escravidão contemporânea, caracterizadas por jornadas exaustivas, servidão por dívida,



condições degradantes de trabalho e afronta à dignidade da pessoa humana.

Nesse contexto, mostra-se imprescindível a realização de amplo debate interinstitucional no âmbito da audiência pública sobre o Pacto pela Formalidade no Emprego Doméstico, com a participação do Ministério Público do Trabalho, instituição constitucionalmente incumbida da defesa da ordem jurídica, dos direitos sociais e dos interesses coletivos nas relações laborais. A atuação do MPT é essencial para o fortalecimento de políticas públicas, mecanismos de fiscalização e estratégias de conscientização que promovam a formalização do trabalho doméstico, a efetivação dos direitos trabalhistas e a prevenção de violações à legislação laboral e aos direitos humanos.

Sala das Sessões, em de de 2026.

